

**Gustavo Scatolino**

Atualmente é Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e Procurador do Estado do Espírito Santo.

SIMULADO INSS**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Com relação à organização político-administrativa, julgue os itens que seguem.

- 1 As autarquias estão isentas de controle.
- 2 O recurso hierárquico impróprio é aquele dentro da mesma pessoa jurídica.
- 3 O STF entendeu que a qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende (I) do estatuto de sua criação ou autorização e (II) das atividades por ela prestadas. E, assim, o termo “Fundações Públicas”, constante no art. 19 do ADCT, deve ser compreendido como Fundações Autárquicas, sujeitas ao regime jurídico de direito público. Logo, empregados de Fundações de Direito Privado instituídas pelo Estado não têm direito à estabilidade extraordinária constante na Constituição.
- 4 O STF entendeu que a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação.
- 5 O STF entendeu que não se exige autorização legislativa para a alienação do controle de subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 6 As autarquias possuem capacidade de autoadministração, patrimônio e receita próprios, bem como autonomia política.
- 7 A autarquia responde, subjetivamente, pelos danos causados a terceiros na realização de suas atividades. Assim, se um servidor do INSS, por erro, não conceder um benefício devido ao segurado, esse segurado poderá entrar com ação pleiteando indenização por danos morais. Contudo, deverá demonstrar a culpa do servidor.
- 8 Nas causas em que entidades autárquicas federais ou estaduais forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, será competente o foro da Justiça Federal.

- 9 As agências executivas constituem novas entidades da Administração indireta decorrentes da reforma administrativa ocorrida com a Emenda Constitucional n. 19, de 1998.
- 10 Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Considerando que os poderes administrativos são os conjuntos de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins, julgue o item seguinte.

- 11 A concessão de licença é ato discricionário, haja vista que a Administração Pública estará obrigada à prática do ato quando forem preenchidos os requisitos pelo particular.
- 12 Um servidor foi removido para outra unidade do INSS, em outro Estado da Federação, como forma de punição por não ter sido assíduo ao serviço. Nesse caso, não há nenhuma ilegalidade, tendo em vista que o servidor praticou uma infração administrativa.
- 13 Um servidor do INSS teve sua competência avocada por autoridade superior. Nesse caso, o superior exerceu seu poder hierárquico.
- 14 O poder disciplinar é discricionário.
- 15 De acordo com a jurisprudência do STJ, o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar (PAD) é de 120 dias. Esse prazo refere-se aos 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, previsto na Lei n. 8.112/1990.
- 16 Um servidor do INSS praticou fraudes em documentos para conceder benefícios previdenciários indevidamente. O fato foi descoberto e o servidor passou a responder processo penal, apurando o crime cometido, e processo administrativo disciplinar, apurando a infração administrativa. O servidor veio a ser absolvido na esfera penal por falta de provas. Logo, a Administração Pública não poderá aplicar sanção administrativa ao servidor.
- 17 É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

- 18** No exercício do poder regulamentar, o chefe do Poder Executivo pode editar regulamentos autônomos que alterem ou ampliem disposições de lei.
- 19** O poder regulamentar da Administração Pública consiste em editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.
- 20** O poder de polícia consiste no poder do Estado ou de particulares para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos, em benefício do interesse público.
- 21** A anulação de ato administrativo fundamenta-se em critérios de conveniência e oportunidade do ato, enquanto a revogação fundamenta-se em questões de ilegalidade.

No que se refere à anulação e à revogação dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 22** O vício de finalidade do ato administrativo que não cause lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, em regra, poderá ser convalidado pela Administração Pública.
- 23** Ato administrativo é uma declaração bilateral de vontade do Estado, ou de quem o represente, no exercício de função administrativa, de nível inferior à lei, com a finalidade de atender ao interesse público, visando criar, restringir, declarar ou extinguir direitos, e sujeita ao controle judicial.
- 24** Um servidor do INSS solicitou a concessão de licença-capacitação. No entanto, a entidade não se manifestou no prazo legal. Assim, subentende-se que houve o deferimento a licença ao servidor, já que o silêncio administrativo significa manifestação de vontade.
- 25** O Presidente do INSS editou decreto concedendo licença para tratar de interesse particular a um servidor que fez solicitação para se dedicar a atividades pessoais. Nesse caso, o ato é ilegal por vício na finalidade.
- 26** Motivo é a situação de direito e de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo. Pode vir expresso, como também pode ser deixado a critério do administrador.
- 27** Um ato administrativo pode ser perfeito, válido e eficaz, quando, concluído o seu ciclo de formação, encontra-se plenamente ajustado às exigências legais e está disponível para deflagração dos efeitos que lhe são típicos. Porém, não poderá ser perfeito, inválido e eficaz.
- 28** Atos ordinatórios são atos que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes. São provimentos, determinações ou esclarecimentos que se endereçam aos servidores públicos, a fim de orientá-los no desempenho de suas funções.

- 29** Prevalece, no direito administrativo brasileiro, a teoria dualista quanto aos graus de invalidade do ato administrativo.
- 30** A convalidação tem efeito *ex nunc*.
- Com relação à Lei n. 8.666/1993, julgue os itens que seguem sobre Licitações.
- 31** A Lei de Licitações estabelece, dentre seus objetivos, a escolha da proposta mais vantajosa para o futuro contrato e a prevalência do princípio da isonomia, porém não visa à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 32** Tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- 33** Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação em que haverá contratação direta sem licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão ser celebrados mediante a realização de concurso de forma preferencial.
- 34** Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente desde que sejam utilizadas as modalidades concorrência ou leilão.
- 35** Como critério de desempate, será assegurada a preferência a bens e serviços produzidos no País. Caso ainda persista o empate, a preferência será de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- 36** No caso da aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, a licitação será dispensada.
- 37** O INSS pretende fazer uma obra para a construção de um novo prédio no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais). Nesse caso narrado, apenas poderá ser adotada a modalidade de licitação tomada de preços.
- 38** Em regra, será nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 8.800,00 feitas em regime de adiantamento.
- 39** Ocorrendo uma licitação no INSS na modalidade pregão, deverá o pregoeiro exigir a garantia da proposta por meio de dinheiro ou fiança bancária, a critério do licitante.

- 40** Os crimes definidos na Lei de Licitações serão de ação penal pública condicionada mediante representação do Ministério Público ou de qualquer cidadão.

A Lei n. 8.112/1990 estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Sobre essa lei, julgue as alternativas seguintes.

- 41** Idade mínima não é requisito para a investidura em cargo público, sendo que não poderá haver outros requisitos estabelecidos em lei.
- 42** Calos Alberto, servidor estável do INSS, foi aprovado para concurso de agente da Polícia Federal. Ao ser convocado para o estágio probatório, ao final, não cumpriu as condições exigidas, sendo reprovado. Assim, poderá ocorrer a reintegração do servidor ao cargo anterior.
- 43** A exoneração do cargo efetivo poderá ser feita de ofício pela Administração Pública nos casos de reprovação do estágio obrigatório e se o servidor não entrar em exercício nos 15 dias seguintes à sua posse.
- 44** A nomeação é forma de provimento derivado e pode ocorrer para cargo de provimento efetivo ou em comissão.
- 45** Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, enquanto a remuneração é o vencimento adicionado das vantagens pecuniárias.
- 46** São indenizações pagas ao servidor público as ajudas de custo e de transporte, mas não o auxílio-moradia e as diárias de viagens.
- 47** Paulo é servidor público ocupante de cargo de analista do INSS. Ele pretende se candidatar a Prefeito em sua cidade natal. Nesse caso, se eleito, deverá ser afastado de seu cargo público no INSS mesmo havendo compatibilidade de horários, sendo facultado optar pela remuneração de analista.
- 48** Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- 49** A pena de suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias será aplicada ao servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
- 50** A ação disciplinar prescreverá em 2 (dois) anos no caso da penalidade de demissão, sendo o prazo de prescrição contado a partir da data em que o fato se tornou conhecido.